

CLIPPING

20 de Março de 2019
Diário do Pará - Você, 4

Muito além de paredes e monumentos

Projeto da Secult que debate a questão patrimonial inicia fase mais humanizada sobre o tema

“O conceito de patrimônio ganha amplitude, novos significados, à medida que a gente vai entendendo o que forma nossa identidade. Durante muito tempo, o patrimônio era entendido como patrimônio material, arquitetônico, histórico, que precisa de manutenção e de uma ocupação que dialogue com suas características e relações com o entorno. Mas temos também os nossos patrimônios imateriais que são importantes, que são nossos saberes e fazeres”. A fala da secretária de estado de Cultura Úrsula Vidal marca a nova fase do projeto “Diálogos com o Patrimônio”, que irá humanizar ainda mais o debate acerca do tema patrimonial. O evento foi realizado na tarde de ontem, no Teatro Estação Gasômetro, foi mediado por Lucy Azevedo, diretora do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (DPHAC/Secult), e nesta primeira edição abordou a relação do ativismo feminino neste processo.

Quilombola do Marajó, a doutoranda em Antropologia Maria Páscoa Sacramento foi uma das quatro mulheres que integraram a mesa redonda sobre liberdade e legitimidade nas práticas artísticas, sociais e políticas de mulheres no Pará. Ela compartilhou com o público seus anseios para a garantia de direitos dos povos quilombolas, assunto de sua tese, que pesquisa sobre mulheres quilombolas no contexto do município de Salvaterra.

“Lá são 18 quilombos autorreconhecidos e quem fez toda dinâmica desse autorreconhecimento, das políticas relacionadas a toda luta envolvendo o movimento quilombola, foram as mulheres da comunidade”, destacou.

Ela contou que em 1988 foi determinado que esses povos teriam direito a suas titulações ancestrais de terra, previsto entre os Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, mas somente em 2003 conseguiram que fosse votado um decreto que regulamentou tal artigo garantindo efetivamente esse direito.

“A Constituição dizia que nós tínhamos o direito de nos autorreconhecemos, entretanto nesse decreto que saiu esse autorreconhecimento é feito mediante laudos antropológicos, étnico-históricos e quem faz isso é a Antropologia. Só que em diversas situações nós temos observado que os laudos não são feitos conforme nossos critérios e determinações, e isso tem nos prejudicado. Territórios têm sido cortados e pessoas têm ficado prejudicadas por causa de ações que não são muito bem feitas”, denunciou.

Diante desse quadro negativo, as mulheres quilombolas passaram a se organizar para garantir que do próprio meio delas saíssem profissionais da Geografia, da História, da Antropologia, enfim das áreas que estão envolvidas nesse processo político. “Estamos entrando nesses lugares de fala e de poder para que possamos intervir de forma mais apropriada para garantir esses direitos, a fim de assegurar que territórios sejam garantidos conforme nosso entendimento do que seja esse espaço”, explicou.



Foto: Divulgação/Secult

VISIBILIDADE

A advogada, mestranda e militante feminista da Marcha Mundial das Mulheres, Tatiana Oliveira, considera que debates como esse de Maria Páscoa são relativos não apenas às mulheres, mas a toda sociedade. “É um debate que atravessa todas as pautas - a política, a cultura, a religião. Temos no Brasil índices alarmantes de violência, de sub-representação. Então, o feminismo visibiliza essas pautas que têm de ser incorporadas pelos governos, pelas escolas - a partir da educação básica - para introduzir essa discussão desde cedo para que a gente não crie essa distância entre o que podem ou não homens e mulheres”, explicou.

E é bem nesta linha que trabalha a historiadora Anna Maria Linhares, professora da UFPA que também compôs a mesa. Para ela é importante debater sobre o papel da mulher como protagonista de sua própria história. “O evento traz a visibilidade das ações das mulheres da Amazônia, já que boa parte do que se tem feito, da historiografia, dos próprios relatos antropológicos, é que alguns mostram a mulher à margem, invisibilizadas nesses processos, principalmente na questão dos processos políticos”, analisou Anna Maria.

Um dos caminhos para isso, segundo ela, é contribuir com projetos práticos nas escolas. “O meu movimento político é a educação, a sala de aula, é sair dos muros da universidade e trabalhar com a meninada - não só as mulheres, mas com todos - através de oficinas, rodas de conversas, bate-papo, enfim, falar sobre o feminismo, Lei Maria da Penha, sobre violência psicológica, que é naturalizada e as meninas nem sempre sabem que estão sendo assediadas”, disse. “A gente faz um diálogo com a Psicologia, Pedagogia e História, porque é muito difícil de trabalhar esses temas, que são bem caros e sensíveis e que mexem com o psicológico dessas meninas. A gente faz esse diálogo interdisciplinar dentro da escola mesmo, por meio das oficinas”, detalhou a professora, que também coordena o projeto de pesquisa acerca da educação patrimonial sobre o colecionismo da cerâmica marajoara e o projeto de extensão “Lugar de mulher é onde ela quiser: gênero e ensino de História”.



Maria Páscoa Sacramento fala sobre mulheres quilombolas no contexto do município de Salva Terra com a propriedade de quem integra a comunidade e pesquisa sobre o tema. FOTO: MARTINA ARAÚJO